

27-08-19

SEB

53 TC-004669.989.16-2

Câmara Municipal: Pedra Bela.

Exercício: 2016.

Presidente da Câmara: Hugo Salomão Leme.

Períodos: (01-01-16 a 08-05-16) e (13-05-16 a 31-12-16).

Substituto Legal: Vice-Presidente – Leandro Aparecido de Toledo.

Período: (09-05-16 a 12-05-16).

Advogado: Pedro Alberto Guerra Santos (OAB/SP nº 304.043).

Procurador de Contas: Élide Graziane Pinto.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA. REGIME DE ADIANTAMENTO. REGULARIDADE, COM RESSALVAS.

População	6.062
Despesa total (artigo 29-A da Constituição - 3,5 a 7% da receita do ano anterior)	4,44%
Despesa com folha de pagamento (artigo 29-A, § 1º, da Constituição - 70% do repasse bruto)	42,12%
Despesa com pessoal e reflexos (artigo 20, III, "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF)	1,8%
Subsídios dos Agentes Políticos (artigo 29, VI, da Constituição – 20 a 75% do subsídio do Deputado Estadual)	20,00%
Recolhimentos dos encargos sociais	Em ordem
Repasse de duodécimo	Em ordem
Pagamento de Verba de Gabinete ou assemelhada	Não
Pagamento de sessões extraordinárias	Não

ATJ (Economia) – Regulares MPC – Irregulares

1. RELATÓRIO

1.1 Em exame, as contas da **CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA BELA**, exercício de **2016**.

1.2 A inspeção *in loco* apontou as seguintes ocorrências (evento 33.1):

a) Controle Interno – o sistema não foi regulamentado, desatendendo ao artigo 74 da Constituição Federal; não foi nomeado controlador interno.

b) Fiscalização Ordenada – Transparência – a Câmara não tomou medidas a fim de sanear os seguintes apontamentos da Fiscalização: a Lei de acesso à informação não foi regulamentada; as informações do *site* não

são atualizadas em tempo real; não foi implantada ouvidoria e o *site* não apresenta relatório das atividades desenvolvidas pelos vereadores.

c) Regime de Adiantamento – os recibos de táxi não possuem a identificação da Câmara (CNPJ) e as justificativas apresentadas deveriam ser mais claras, indicando a necessidade da despesa e o número de pessoas que se beneficiam do adiantamento.

d) Despesa com Advogado – a Câmara aumentou consideravelmente sua despesa com contratação de consultoria jurídica. Em 2014 gastou R\$ 20.020,05; em 2015 utilizou R\$ 24.900,00 e em 2016 pagou R\$ 42.600,00, equivalente, neste caso, a 8,10% da despesa total da Câmara de R\$ 526.114,14.

e) Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP – a Origem deixou de encaminhar o quadro de pessoal, exigido pelo AUDESP – Fase III.

f) Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal – não encaminhamento do quadro de pessoal na Fase III do AUDESP, deixando de informar tempestivamente ao SISCAA WEB a admissão por concurso público ocorrida em 2016. Descumprimento das recomendações deste Tribunal.

1.3 O Responsável, Hugo Salomão Leme, apresentou justificativas e documentação (eventos 50.1 e 50.2), sustentando o seguinte:

a) Controle Interno – foi promulgada a Resolução nº 4, de 24-05-17, que instituiu o sistema de controle interno e, por meio da Portaria nº 5, de 14-06-17, foi nomeada a servidora responsável pelo controle interno, cumprindo, assim as exigências constitucionais e legais.

b) Fiscalização Ordenada – existe um canal de contato com a Câmara Municipal, por meio do qual o cidadão pode apresentar denúncias, reclamações e outras manifestações a respeito dos trabalhos camarários; a Câmara disponibiliza ao cidadão o e-Sic, por intermédio do qual qualquer pessoa pode fazer contato com a Edilidade, de forma que, esses canais fazem

às vezes da Ouvidoria; o ícone “Processo Legislativo” disponibiliza todas as proposições apresentadas para tramitação, tanto dos Vereadores quanto do Prefeito, além das sessões realizadas pela Câmara; vem sendo dada publicidade às informações em tempo real, por meio do ícone “Transparência – Acesso a Informação”.

c) Regime de Adiantamento – as despesas se referem à participação do Presidente em evento realizado no Distrito Federal, denominado XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ocorrido de 09 a 12 de maio de 2016. As despesas foram formalizadas com comprovação e relatório detalhado das despesas e obedeceram às disposições legais.

d) Despesa com Advogado – para a realização do processo de reestruturação e reorganização da Câmara foi preciso contar com o apoio de profissional da área do Direito Público com experiência e capacidade. Foi realizada licitação, implantado novo quadro de servidores, com as respectivas atribuições, realizado concurso público, implantado o sistema de controle interno, realizada adequação das normas de controle do uso do veículo oficial, bem como às exigências da lei de transparência, vem sendo levada a efeito a revisão da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal. A assessoria jurídica prestada à Câmara é feita de forma preventiva e diária, com o acompanhamento dos atos praticados no cotidiano dos serviços camarários.

e) Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AUDESP – a falha foi corrigida pelo responsável da gestão de pessoal e prestação de informações ao sistema AUDESP e o documento foi entregue quando da realização da fiscalização *in loco*.

f) Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal – a intempestividade ocorreu em virtude das várias alterações que este Tribunal vem promovendo quanto à forma e calendário de prestações de contas da FASE III, somadas a outras questões ligadas ao RH da Câmara.

1.4 A Unidade de Economia da Assessoria Técnico-Jurídica

(evento 68.1) considerou que a falha tratada no item “controle interno” foi regularizada com as providências noticiadas.

A **Chefia** do órgão (evento 68.2) encaminhou os autos nos termos da Resolução nº 2/18.

1.5 O **Ministério Público de Contas** (evento 801) posicionou-se pela **irregularidade** das contas, com recomendações. Considerou que a contratação de assessoria jurídica para cuidar dos assuntos afetos à Edilidade, em detrimento do necessário cargo efetivo de Procurador Jurídico, as fragilidades no sistema de controle interno, a ausência de transparência ativa e a falta de atendimento tempestivo às determinações desta Corte comprometem as contas.

1.6 Contas anteriores:

2013: **Regulares, com ressalvas** (TC-00496/026/13, DOE-SP de 27-06-15).

2014: **Regulares, com recomendações** para que a Câmara ultime providências de regulamentação do sistema de controle interno, bem como de designação de funcionário do quadro efetivo às correspondentes atribuições, em estrito cumprimento do artigo 74 da Constituição Federal e Comunicado SDG nº 32/12; adeque sua estrutura de pessoal tendo em vista a disciplina primeira de ingresso no serviço público via concurso de provas e títulos e a excepcionalidade dos cargos de livre provimento; regulamentação de exigências de escolaridade e atribuições dos cargos (TC-002901/026/14, DOE-SP de 21-04-16).

2015: **Regulares, com recomendações** para que o Legislativo cesse, se acaso ainda ocorram, os depósitos fundiários em favor de comissionados; reveja seu quadro de pessoal, baixando normas a respeito das atribuições específicas de cada cargo, notadamente para aqueles em comissão; formalize adequadamente o órgão/responsável pelo controle interno; cumpra as Instruções e recomendações desta Corte, especialmente, quanto ao envio de informações ao Sistema AUDESP (TC-001065/026/15, DOE-SP de 04-04-17).

É o relatório.

VOTO

2.1 O Legislativo Municipal de **Pedra Bela** cumpriu os limites financeiros constitucionais e os estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Neste contexto, anoto que a despesa total do Legislativo foi de R\$ 526.114,14, correspondente a 4,44% da receita tributária ampliada do exercício anterior do Município (R\$ 11.839.179,65), abaixo dos 7% permitidos pela Constituição Federal, diante do número de habitantes (6.062).

A despesa com folha de pagamento, para os fins do artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal (acrescido pela Emenda nº 25/00), foi de R\$ 252.698,37, ou seja, 42,12% do repasse total pela Prefeitura (R\$ 600.000,00).

O Legislativo despendeu com pessoal e reflexos a importância de R\$ 307.839,47, equivalente a 1,8% da receita corrente líquida do Município (R\$ 17.072.888,93).

Os subsídios¹ dos agentes políticos observaram as regras estabelecidas pela Constituição Federal e não houve pagamento de verbas de gabinete, sessões extraordinárias ou outros assemelhados.

Os recolhimentos ao INSS e FGTS foram regulares e o repasse de duodécimos foi feito conforme previsto, sendo suficiente para suprir as despesas do Legislativo com a devolução à Prefeitura de R\$ 73.885,86.

2.2 Em relação à ausência de regulamentação do **controle interno**, a Câmara Municipal anunciou a adoção de providências com a edição da Resolução nº 4, de 24-05-17, que instituiu o sistema de controle interno e promoveu a nomeação da servidora responsável pelo controle interno. Assim, considero solvidas essas questões.

2.3 No tocante aos apontamentos registrados no item **“Fiscalização Ordenada – Transparência”**, a Câmara noticiou a adoção de medidas

¹ Fixados pela Resolução nº 3, de 27-06-12, em R\$ 2.000,00 para os Vereadores e R\$ 2.500,00 para o Presidente da Câmara. No exercício em exame, não houve revisão geral e não foram identificados pagamentos maiores que os fixados, bem como não há acordos de parcelamento pelo pagamento de quantias indevidas aos agentes políticos.

corretivas para os óbices anotados, visando a adequar seu *site* para a divulgação das informações necessárias ao cumprimento da transparência dos atos públicos.

Assim, cabe **recomendação** ao atual Chefe do Legislativo para que continue envidando esforços no sentido de aprimorar a transparência da gestão administrativa, de modo a dar integral cumprimento aos dispositivos da Lei de Acesso à Informação.

2.4 Quanto às despesas realizadas sob **Regime de Adiantamento**, **recomendo** à Câmara estrita observância dos princípios da moralidade, economicidade, razoabilidade e transparência, bem assim o cumprimento dos artigos 62, 63 e 68 da Lei nº 4.320/64, da Deliberação TC-A-042975/026/08² e da Súmula nº 46³ desta Corte.

2.5 No que concerne à contratação de serviços de consultoria jurídica anotada no item **Despesa com Advogado**, apontou a Fiscalização o seu crescente valor (R\$ 20.020,00, em 2014; R\$ 24.900,00, em 2015 e R\$ 42.600,00, em 2016), suficiente para contratar, via concurso público, um advogado para prestar consultoria jurídica mais efetiva à Câmara.

Neste contexto, considerando que em exercícios anteriores essa falha não foi alvo de crítica pela Fiscalização ou de recomendação por esta Corte, relevo a imperfeição anotada, com **advertência** ao atual Presidente da Câmara para que reavalie a opção pela contratação de consultoria jurídica, levando em conta o excessivo custo do serviço prestado, e adote imediatas medidas de correção.

2.6 Os desacertos apontados nos itens **“Fidedignidade dos Dados**

² **TC-A 42975-026-08** - Dispõe sobre despesas no âmbito das Câmaras Municipais.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando que nos autos do processo TC-2140-026-04, em sessão do Tribunal Pleno, realizada em 26 de novembro de 2008, discutiu-se a necessidade de regulamentação acerca dos gastos no âmbito das Câmaras Municipais, RESOLVE EDITAR DELIBERAÇÃO, de seguinte teor:

Artigo 1 – Salvo o subsídio a que faz jus na conformidade do artigo 29 da Constituição Federal, e vedado pagamento a qualquer título a Vereador.

Artigo 2 – O Vereador, no caso de deslocamento do Município para participação em eventos oficialmente autorizados, poderá ter as despesas, eventualmente realizadas, suportadas pelo regime de adiantamento, de que trata o artigo 68 da Lei Federal n. 4.320, de 1964, feito a servidor responsável pela necessária e correspondente prestação de contas.

³ **SÚMULA Nº 46** – É vedado designar agente político como responsável por adiantamento, nos termos do art. 68, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Informados ao Sistema AUDESP” (não encaminhamento do quadro de pessoal exigido pelo AUDESP – Fase III) e **“Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal”** (remessa intempestiva de documentação e não atendimento às recomendações do Tribunal) foram objeto de explicações consistentes pela defesa que anunciou adoção de medidas para sua regularização, não se mostrando suficientes para comprometer as contas em apreço.

Cabe, entretanto, **advertência** ao atual Presidente do Legislativo para que, na transmissão de dados ao sistema AUDESP, observe os princípios da transparência (artigo 1º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei nº 4.320/64) e atenda às Instruções e recomendações desta Corte.

2.7 Diante do exposto, voto pela **regularidade, com ressalvas**, das contas da Câmara Municipal de Pedra Bela, exercício de 2016, nos termos do artigo 33, II, da Lei Complementar estadual nº 709/93, com a quitação dos Responsáveis Hugo Salomão Leme e Leandro Aparecido de Toledo, sem prejuízo das advertências e recomendações consignadas.

A Fiscalização deverá verificar na próxima inspeção a efetiva adoção das medidas determinadas e noticiadas nos autos.

Encaminhe-se, por ofício, cópia do acórdão e das correspondentes notas taquigráficas ao atual Presidente da Câmara, para adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da decisão desta Corte.

2.8 Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2019.

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO
CONSELHEIRO